

# OS NÚCLEOS URBANOS LITORAIS DA IDADE DO FERRO NO ALGARVE

Ana Margarida Arruda \*

## 1. Introdução

As fontes clássicas, a toponímia e os achados arqueológicos permitem-nos saber da existência, no litoral algarvio, de núcleos urbanos datáveis da Idade do Ferro. No entanto, esses sítios são, na sua esmagadora maioria, apenas superficialmente conhecidos. Sendo raras as escavações arqueológicas que neles têm decorrido, é limitado o nosso conhecimento sobre os aspectos concretos da sua ocupação, nomeadamente quanto ao urbanismo, territórios, recursos, comércio a longa distância e inter-regional.

Porém, trabalhos arqueológicos recentes, e sobretudo, abrangendo áreas relativamente extensas, foram levados a efeito no *Castelo de Castro Marim* e no *Cerro da Rocha Branca* (Silves). Os resultados aí obtidos foram já em parte divulgados (Arruda, 1986, 1991; Gomes, Gomes e Beirão, 1986; Gomes, 1993). Outros dados são resultantes de intervenções pontuais efectuadas em Faro (Gamito, 1993).

A conjugação de este conjunto de dados, e ainda o conhecimento que

possuímos de espólios depositados em museus regionais algarvios (Faro e Lagos), provenientes, respectivamente, da área urbana de Faro e de Monte Molião (Lagos), oferecem-nos alguma informação que permite desenvolver o tema deste trabalho, mesmo tendo em conta que o Cerro da Rocha Branca não se enquadra exactamente num contexto litoral.

O carácter parcelar dos nossos conhecimentos, praticamente restritos a dois únicos sítios arqueológicos, é, evidentemente, um factor difícil de ultrapassar. A síntese aqui apresentada fundamenta-se assim em dados concretos, posteriormente confrontados e extrapolados para situações que conhecemos mal. Por isso mesmo é válida apenas parcelarmente, sendo necessária a sua revisão ou actualização se outros dados, sobre Faro ou outros sítios, forem entretanto aduzidos.

## 2. Os dados disponíveis

*Baesuris* (Castro Marim), *Balsa* (Torre d'Ares, Tavira), *Ossonoba* (Faro) e *Lacobriga* (Monte Molião, Lagos) são os núcleos urbanos litorais conhecidos cuja ocupação remonta à Idade do Ferro. Os seus nomes, que denunciam uma clara origem indígena, sobreviveram porque a importância que viriam a ter durante a dominação romana justificou a sua citação nas fontes clássicas. Três deles (*Baesuris*, *Balsa* e *Ossonoba*) cunharam moeda em época republicana. *Balsa* e *Ossonoba* foram também capitais de *civitas*.

No *Castelo de Castro Marim* dirigiu seis campanhas de escavações arqueológicas (1983-1988), tendo os trabalhos sido interrompidos com muitos problemas por esclarecer. Mas a total falta de apoio do antigo IPPC e do poder local e regional impossibilitou a continuação dos mesmos e a consequente resolução das questões deixadas em aberto.

Apesar de tudo, foi possível estabelecer, em linhas gerais, a evolução cronológica da ocupação do sítio e resolver definitivamente a questão da identificação de Castro Marim com a *Baesuris* do Itinerário de Antonino. De facto, o aparecimento, em escavação, de uma moeda de chumbo com a legenda BAES, num nível tardo-republicano, vem confirmar a tese de Leite de Vasconcellos (1917). Como Marques de Faria escreveu (1987), esta descoberta "...vem desvanecer definitivamente as dúvidas que ainda subsistiam a respeito da identificação de *Baesuris* com Castro Marim".

O antigo povoado sidérico ocupava uma colina com 42m de altitude, grosseiramente circular, onde hoje se implanta o Castelo medieval. Situa-se na margem direita do rio Guadiana, muito próximo da sua foz. Actualmente, está rodeado de sapais que não são outra coisa senão o testemunho da extensão que o rio teria tido em épocas recuadas. É sabido que, ainda no século XVI, a área do Castelo de Castro Marim era uma península, ligada a terra apenas por estreito



2.

istmo, que partia da sua vertente Oeste.

Estas condições geográficas permitem que o “Cerro do Castelo”, como é conhecido localmente, possua boas condições naturais de defesa e domine visualmente um vasto território.

As escavações arqueológicas em Castro Marim permitiram esclarecer que o seu povoamento se iniciou no final da Idade do Bronze. Em 1988, na sexta campanha de trabalhos de campo, foi escavado um nível bem estratigrafado desse período, tendo sido então identificadas duas fossas escavadas na rocha, cujo significado se encontra ainda por esclarecer. As cerâmicas recolhidas nessas fossas, e no nível estratigráfico que corresponde a esta ocupação, são típicas do Bronze Final (taças abertas, carenadas, de bordo exvertido e superfícies brunidas, fabricadas manualmente).

As ocupações da Idade do Ferro e da época romana dominam, porém, tanto em termos de espólio recolhido como de estruturas conservadas.

Situado no que poderia considerar-se uma área periférica do lendário reino

de Tartessos, o Castelo de Castro Marim regista, à semelhança do que sucedeu na região de Huelva, o impacto do comércio do Mediterrâneo Oriental, talvez já durante a segunda metade do século VIII a. C.

Algumas habitações de planta rectangular foram identificadas e escavadas. É também justamente neste momento que se constrói uma muralha defensiva, espessa de 5m.

As cerâmicas eram também fabricadas ao torno. Pratos de bordo largo, taças, grandes potes (*pithoi*) são muitas vezes pintados com bandas vermelhas, negras ou brancas, ou revestidos com engobes vermelhos, bem fixados e acetinados. As ânforas surgem com alguma abundância, sendo a classe A de Mañá (concretamente uma forma afim da R 1 de Vuillemot) a única presente nestes níveis. A cerâmica fabricada manualmente continua, no entanto, a produzir-se em quantidades apreciáveis.

A partir de meados do século V a. C., Castro Marim começa a receber produtos provenientes da Grécia, mais concretamente de Atenas. São cerâmicas gregas de verniz negro e de figuras vermelhas, datáveis da segunda metade do século V a. C. (*kylix* da Classe delicada com decoração estampilhada no fundo interno, taças "tipo Castulo" e *kylix* de figuras vermelhas do grupo do Pintor de Marlay) e da primeira metade do século IV a. C.: *kilikies*, *kantharoi*, *skyphoi*, com ou sem decoração estampilhada no fundo interno, pratos de peixe e lucernas de verniz negro, e ainda *kilikies* de figuras vermelhas pintadas pelo Pintor de Viena 116 (Arruda, 1991).

As estruturas construídas sofrem alterações: na primitiva muralha, um muro fecha a entrada; novas estruturas habitacionais são edificadas, sendo agora de maiores dimensões.

Cessando a importação de cerâmica grega na segunda metade do século IV a. C., as relações com o Norte de África privilegiam-se, pelo menos até ao século III a. C. Vários vasos imitando formas atenienses, muito provavelmente fabricados em Kouass, fazem agora o seu aparecimento. São taças (forma 27 de Lamboglia) e pratos de peixe (forma 23), cobertos de engobe vermelho (as taças) e vermelho ou negro (os pratos).

Pratos de peixe, de bordo ligeiramente exvertido, decorados internamente por linhas e bandas concêntricas pintadas de cor negra e vermelha-acastanhada, com pé apenas indicado e base plana, foram também recolhidos. Lembram, técnica e morfologicamente, produtos fenícios.

Destes níveis são também provenientes diversos vasos com decoração pintada em bandas, círculos concêntricos e linhas zigzagueantes, evidentemente de fabrico local.

Encontraram-se em quantidade as chamadas ânforas íbero-púnicas das formas D e E de Pellicer.

A ocupação dos séculos V a III a. C. é particularmente intensa, se

atendermos ao volume dos materiais arqueológicos recuperados, nomeadamente os importados. É também o momento da construção de novas estruturas habitacionais, tendo-se, como já se disse, verificado alterações no sistema defensivo.

No entanto, a partir de meados do século III a. C. observa-se um certo declínio, cessando o comércio a longa distância e, logicamente, as importações. Somente a partir da segunda metade do século I a. C., Castro Marim retoma de novo a sua importância, assistindo-se na época romana-republicana a profundas renovações urbanas e à chegada de enormes quantidades de produtos importados, manufacturados e alimentares, sobretudo provenientes da Itália.

A primeira observação que os dados revelados pelos trabalhos arqueológicos, e atrás sumariamente descritos, sugerem é a da ampla diacronia que este sítio regista (e isto mesmo sem falar das ocupações medievais e modernas).

No entanto, mais importante é o carácter de porto comercial que Castro Marim parece ter assumido a partir dos inícios da Idade do Ferro. A sua localização na foz do rio Guadiana terá contribuído de forma definitiva para a "disponibilidade" que este sítio manifesta em relação aos novos produtos que aí aportam. Este rio, que terá funcionado durante a Idade do Ferro como um caminho comercial, ligando directamente o litoral algarvio às áreas mineiras do Baixo Alentejo, assume importância vital no comércio inter-regional, que Castro Marim controlaria como centro abastecedor.

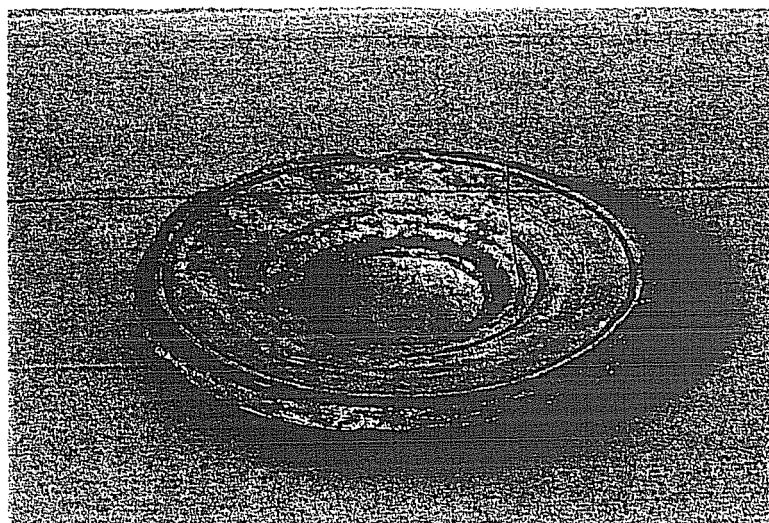
Uma forte influência mediterrânica, detectável nos materiais do início da Idade do Ferro, foi, como vimos, apenas o início de um longo processo. De facto, a partir de então, e durante quase todo o 1.º milénio a. C., a história deste sítio é indissociável da evolução e construção das diversas correntes comerciais mediterrânicas.

De *Balsa* pouco sabemos. Localizada na Quinta de Torre d'Ares (Tavira) é relativamente bem conhecida a cidade romana que aqui se implantou. Do núcleo urbano anterior ficou-lhe o nome, que talvez se possa relacionar com uma origem semita (Mantas, 1990). Sem quaisquer testemunhos arqueológicos imediatamente pré-romanos conhecidos, resta-nos a informação, transmitida por Estrabão, de ter sido uma cidade túrdula.

Os dados de que dispomos sobre a ocupação da Idade do Ferro da actual cidade de Faro são também muito escassos.

A cidade pré-romana de *Ossonoba*, que segundo Estrabão, e tal como *Balsa*, pertencia aos túrdulos, localizava-se na pequena colina hoje circundada pela muralha medieval. Seria, ainda no 1.º milénio a. C., uma ilha com bons ancoradouros.

Escavações recentes na área urbana da cidade permitiram recolher alguns materiais arqueológicos da Idade do Ferro: cerâmicas áticas, de verniz negro e de figuras vermelhas, e ânforas de tipo íbero-púnico (Gamito, 1993). Este espólio,



3.



4.

assim como dois pratos de peixe de fabrico muito possivelmente norte africano (e em tudo semelhantes aos recolhidos em Castro Marim nos níveis dos séculos IV e III a. C.), depositados no Museu Lapidar Infante D. Henrique, fazem pensar

3. Prato de pescado pintado com bandas. Castelo de Castro Marim. Ferro II. Século IV a. C. Parque Natural da Ria Formosa. Alt. 30mm, diâmetro máx. 185mm.

4. Prato de pescado com engobe vermelho. Castelo de Castro Marim. Ferro II. 2.ª metade do século IV a. C. Parque Natural da Ria Formosa. Alt. 45mm, diâmetro máx. 200mm.



4

5.

num grande paralelismo dos dois sítios arqueológicos, pelo menos do ponto de vista do comércio marítimo.

O conhecimento de que dispomos sobre *Lacoberga* é também extremamente reduzido. Pensa-se que este núcleo urbano da Idade do Ferro pode localizar-se em Monte Molião, uma colina destacada na margem esquerda da ria de Lagos. Deste sítio arqueológico é sobretudo conhecida a ocupação romana. No entanto, tive a oportunidade de aí observar alguns materiais arqueológicos datáveis da Idade do Ferro, nomeadamente ânforas e cerâmica pintada, que podem datar-se dos séculos IV e III a. C.

Os dados listados mostram a escassez de informação existente sobre os sítios arqueológicos da Idade do Ferro do litoral algarvio, exceptuando-se Castro Marim, onde trabalhos arqueológicos, processados de forma intensa e extensa, permitiram reunir um acervo documental mais amplo e detalhado.

Os resultados obtidos nas escavações do *Cerro da Rocha Branca*, Silves, entretanto divulgados (Gomes, Gomes e Beirão, 1986; Gomes, 1993), podem

5. Taças com engobe. Castelo de Castro Marim. Ferro II. 2ª metade do século IV a. C. Parque Natural da Ria Formosa. Alt. 44mm, diâmetro máx. 96mm, diâmetro boca 76mm; alt. 43mm, diâmetro máx. 86mm.

ajudar-nos a completar a imagem incompleta que possuímos. Este sítio, localizado na margem direita do rio Arade, numa pequena elevação alongada, seria durante a Idade do Ferro uma península parcialmente rodeada pelas águas do rio. A evolução cronológico/cultural deste sítio, analisada do ponto de vista do espólio recolhido durante os trabalhos de campo, parece seguir, de muito perto, a verificada no Castelo de Castro Marim, apesar das diversas dimensões da área ocupada (maior em Castro Marim) e das distintas espessuras das estruturas defensivas (5m em Castro Marim para 1.5m na Rocha Branca).

Assim, a um "Período Orientalizante", localizado cronologicamente entre o século VIII a. C. e o século V a. C., segue-se o que o autor chama de "Período Ibérico", datado dos séculos IV e III a. C. A muralha é, tal como no caso de Castro Marim, construída no primeiro momento da Idade do Ferro, momento esse caracterizado por cerâmicas de engobe vermelho, taças e pratos, cerâmicas cinzentas e ânforas. No século IV a. C., a cerâmica ática, pintada e de verniz negro, foi introduzida no Cerro da Rocha Branca, aparecendo conjuntamente com cerâmicas pintadas com bandas, círculos concêntricos e linhas ziguezagueantes, a chamada "cerâmica ibérica", e ânforas mediterrânicas habitualmente designadas por "ibero-púnicas". Pelas descrições apresentadas parece-nos possível a existência nesta fase de pratos de peixe e taças de fabrico afim do de Kouass. O sítio da Rocha Branca sofre um processo de romanização no século II a. C.

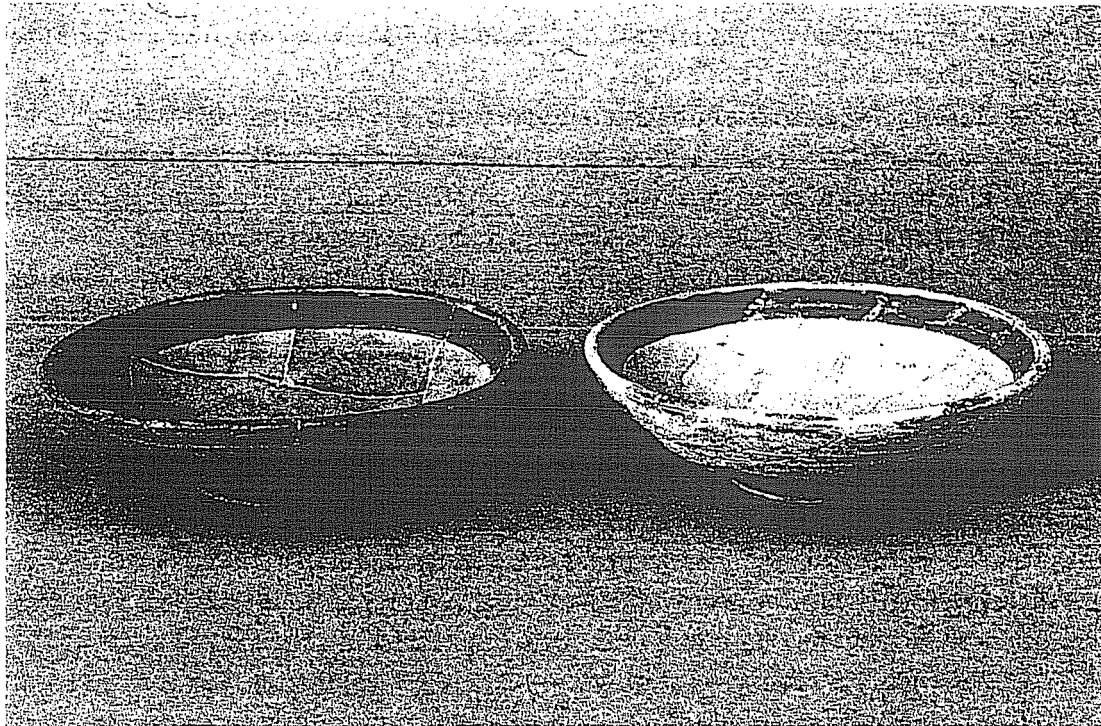
São pois evidentes as semelhanças entre este povoado e o Castelo de Castro Marim, sendo conveniente assinalar a total correspondência das formas da cerâmica ática de verniz negro encontrada nos dois sítios. Quanto à cerâmica ática de figuras vermelhas, tanto em Castro Marim como no Cerro da Rocha Branca foram detectadas taças do Pintor de Viena 116.

### 3. Comentário

Os dados existentes sobre os povoados litorais da Idade do Ferro existentes no Algarve, e anteriormente apresentados, permitem a elaboração de um quadro evolutivo que tentaremos enquadrar numa perspectiva mais ampla.

Em primeiro lugar, contudo, é necessário que se destaquem as suas localizações geográficas e implantações topográficas, que fornecem elementos que não podem menosprezar-se.

Castro Marim, Balsa, Faro e Monte Molião são sítios localizados junto ao mar. Pelo menos um deles, Castro Marim, situa-se na foz de um grande rio navegável, o que facilita a circulação de produtos entre o interior e a costa. Todos ocupam áreas mais ou menos elevadas, facto mais evidente no primeiro e no último dos sítios. Nestes dois casos, pudemos também verificar a existência de estruturas defensivas de alguma imponência, facto até agora não demonstrado em



6.

Faro e em Balsa, o que não elimina, no entanto, a possibilidade de estes últimos sítios terem estado igualmente defendidos por muralhas.

Ficou esclarecido que os sítios costeiros da Idade do Ferro do Algarve apresentam uma ocupação que pode considerar-se da “I Idade do Ferro Orientalizante”. Nesta fase, que se desenrola entre os meados do século VIII a. C. e os finais do século VI a. C., os sítios referidos têm muitas semelhanças com os povoados tartéssicos localizados a Oriente do Guadiana, nomeadamente Huelva, mas também com os da fachada ocidental portuguesa, como é o caso do Castelo de Alcácer do Sal, de Santarém e Santa Olaia. As ânforas e as cerâmicas de engobe vermelho e pintadas em bandas falam-nos dessa proximidade cultural.

É a fase de apogeu de Tartessos e o momento de maior actividade das colónias fenícias da área do estreito de Gibraltar.

Será assim com o movimento colonial fenício para Ocidente que deveremos

6. Taças com bandas pintadas. Castelo de Castro Marim. Ferro II. 2ª metade do século IV a. C. Parque Natural da Ria Formosa. Alt. 32mm, diâmetro máx. 117mm; alt. 34mm, diâmetro 118mm.

relacionar esta primeira fase, tal como aliás se deverá fazer para os da região de Huelva.

O desenvolvimento económico observado e a intensidade com que se processa a actividade comercial nestas regiões são certamente consequência directa da instalação de mercadores tírios no Golfo de Cádiz e no litoral de Málaga e Granada. Sabe-se que a fundação de estabelecimentos fenícios no Sudoeste peninsular tinha por objectivo fundamental a exploração dos famosos recursos metalíferos da Península Ibérica. Assim se podem justificar os contactos intensos dos povoados algarvios com mercadores orientais, contactos esses que podem inferir-se através do espólio recolhido nos sítios arqueológicos objecto desta síntese.

A existência de um nível de ocupação do Bronze Final observado em Castro Marim, e o aparecimento de cerâmicas desta época no Cerro da Rocha Branca, permite-nos supor que estamos em presença de povoados de fundação indígena, que assumem o comércio com os navegadores fenícios ao mesmo tempo que controlam o escoamento do cobre e da prata explorados no interior.

A presença em sítios arqueológicos da região de Castro Verde e Moura, áreas especialmente ricas em cobre e também em prata, de objectos de tipologia oriental só pode explicar-se devidamente se pensarmos que a sua ligação ao litoral era facilitada por um Guadiana com grandes trechos facilmente navegáveis.

A crise das colónias fenícias ocidentais nos finais do século VI a. C. reflecte-se de forma muito particular na área tartéssica, onde se verifica, por exemplo, uma acentuada quebra na actividade comercial. Mas em meados do século V a. C. assiste-se à sua recuperação económica, com a importação de grandes quantidades de cerâmicas provenientes da Grécia.

Os dados que possuímos indicam-nos que a região algarvia sofre a mesma evolução que ocorre a Oriente do Guadiana.

A cerâmica ibérica, vasos de aspecto globular que são decorados com pinturas que assumem formas serpentiformes e de círculos concêntricos, é extremamente abundante de um lado e de outro daquele rio. A cerâmica ática é uma presença relativamente frequente, verificando-se tanto no século V como no século IV a. C. que os vasos gregos encontrados em Huelva e Castro Marim são pintados pelos mesmos pintores. Também as formas da cerâmica ática de verniz negro são as mesmas e a existência de um comércio com o Norte de África, concretamente com Marrocos (Kouass), está documentado em ambos sítios, pela presença de cerâmicas daí importadas a partir de meados do século IV a. C.

Parece pois evidente que o Algarve litoral, que nos séculos VIII a VI a. C. se incluía na área tartéssica, se mantém integrado, a partir de meados do século V e até ao século II a. C., numa ampla região a que poderemos chamar Turdetânia. Aliás este facto pode também inferir-se de uma citação de Estrabão onde se lê: "Também podem juntar-se a ela [à Turdetânia] os bastetanos [...] assim como as

idades que ocupam o outro lado do Anas [o ocidental]...” (Estrabão, III, 2, 1).

Tudo parece assim indicar que o Algarve acompanhou de perto as transformações políticas (e consequentemente económicas) que abalaram o Mediterrâneo central e oriental a partir da 2ª metade do 1.º milénio a. C.

#### 4. Considerações finais

A actividade económica fundamental dos núcleos urbanos do litoral algarvio centra-se no comércio, actividade que terá estado justamente na origem da sua fundação ou, no mínimo, do seu desenvolvimento. Decorrente deste, e tendo em consideração os dados que apresentámos, uma função distribuidora seria certamente, também, economicamente relevante. Sendo muito provavelmente responsáveis pelo abastecimento de produtos exógenos para o interior do Alentejo, nomeadamente para os povoados localizados na bacia hidrográfica do Guadiana, receberiam certamente destes as contrapartidas ao comércio de produtos manufacturados e alimentares que mantinham com os fenícios ocidentais.

O minério extraído nos povoados da área de Castro Verde, Moura e restante região piritosa alentejana era certamente exportado para o Mediterrâneo através de Castro Marim, onde chegaria descendo o Guadiana. O papel dos rios no comércio regional pode também inferir-se dos dados obtidos na Rocha Branca, povoado localizado sobre o Arade, numa área de transição litoral/barrocal.

A existência de determinados elementos de luxo, de procedência leste mediterrânica, como jóias de ouro e prata e contas de colar de pasta vítrea, encontradas, por exemplo, na necrópole de Bensafrim (Veiga, 1891; Beirão, 1986), constituem aqui, como em outros lugares do Mediterrâneo, claros símbolos de poder e são a prova de que certos elementos da comunidade são socialmente distintos dos restantes. Este facto, somado à presença de estelas epigrafadas associadas a estas necrópoles, são razão suficiente para se afirmar que estamos perante uma sociedade fortemente hierarquizada.

De facto, nem todas as sepulturas estão assinaladas por uma estela com inscrição. Parece assim óbvio que determinados indivíduos pertenciam a elites sociais e que estes tinham um tratamento especial após a morte.

Se a existência de elites sociais já era certamente uma realidade na Idade do Bronze, os cemitérios da Idade do Ferro mostram que a hierarquização social se acentuou significativamente nesta época, uma vez que se acentuaram também as diferenças entre os espólios recolhidos nas diversas sepulturas. As elites tornaram-se progressivamente mais poderosas.

Para essa progressiva hierarquização social terá contribuído a intensificação, durante a Idade do Ferro, do processo comercial inter-regional e a longa distância, uma vez que só uma sociedade suficientemente estruturada permite

uma actividade económica que, neste caso, obedece a regras bastante complexas.

Os povoados indígenas instalados no litoral algarvio tiveram, como já se disse, um papel predominante no comércio com o mundo mediterrânico. No entanto, esse papel só pode ser representado dadas as relações comerciais estabelecidas entre estes e os povoados do interior alentejano cujos habitantes exploravam o minério procurado pelos navegadores orientais.

Se, como parece, o comércio mediterrânico com a fachada atlântica peninsular se processou por via marítima, é lógico pensar que estes sítios, pela sua situação estratégica (decorrente da localização geográfica) e por tradição (ocupações que, em alguns casos, remontam ao Bronze Final) tinham excelentes possibilidades de se transformarem em lugares que exportavam matérias-primas (provenientes do interior), recebendo para consumo local e para comercializar em territórios, mais ou menos próximos, produtos manufacturados.

Para concluir, diria que os núcleos urbanos do litoral algarvio, que controlavam o comércio a longa distância, e naturalmente o regional, são povoados indígenas que mantêm, desde o início do 1.º milénio a. C., relações privilegiadas com o Mediterrâneo oriental, ou directamente ou, mais provavelmente ainda, através das colónias do círculo do Estreito de Gibraltar. A partir da segunda metade do século V a. C., estes sítios mantêm a sua vocação comercial, importando cerâmicas gregas, cerâmicas norte-africanas e produtos alimentares mediterrânicos. Esta vocação comercial, traduzida na presença de um abundante espólio com um variadíssimo leque de origens, transforma estes sítios em verdadeiros portos de "comércio livre". Funcionaram certamente como centros administrativos, onde os comerciantes agiam de acordo com uma elite político-administrativa por eles sustentada.

Centros político-administrativos, são também centros de consumo e centros de comércio. Mas, para além de tudo isto, os testemunhos arqueológicos indicam que grande parte da população dos povoados costeiros algarvios se dedicou intensamente à pesca e à recollecção de moluscos e à prática da agricultura, de forma a assegurar a subsistência do grupo. Outras actividades, como por exemplo a produção cerâmica e a produção de preparados piscícolas, constituíam também actividades económicas complementares.

Lisboa, Primavera de 1994

## Bibliografia

Arruda, 1986:

Arruda, A.M. — *Castro Marim na Idade do Ferro*, "Actas do 4.º Congresso sobre o Algarve", Montechoro, I, , 1986, 33-38.

Arruda, 1991:

Arruda, A.M. — *A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*, Lisboa (polic.), 1991.

Arruda, 1994:

Arruda, A.M. — *Panorama das importações áticas no território português*, Actas do simposium internacional, "Iberos y Griegos: lecturas desde la diversidad" (Ampurias, 3 al 5 de Abril de 1991), "Huelva Arqueológica", XIII, 1, 1994, 129-154.

Beirão, 1986:

Beirão, C. de M. — *Une civilization proto-historique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)*, Paris, 1986.

Faria, 1987:

Faria, A.M. de — *Moedas de chumbo, da época romana, cunhadas no actual território português*, "Numismática", 47, 1987, 24-28.

Gomes, 1993:

Gomes, M.V. — *O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves)*, "Estudos Orientais" (Actas do Encontro "Os fenícios no território português"), Lisboa, 4, 1993, 73-107.

Gomes, Gomes e Beirão:, 1986:

Gomes, M.V., Gomes, R.V. e Beirão, C. de M. — *O cerro da Rocha Branca (Silves) — resultados preliminares de três campanhas de escavações*, "Actas do 4.º Congresso do Algarve", Silves, 1986, 77-83, vol. 1.

Mantas, 1990:

Mantas, V. — *As cidades marítimas da Lusitânia*, "Les villes de Lusitanie Romaine", Paris, 1990, 149-205.

Vasconcellos, 1917:

Vasconcellos, J.L. de — *Coisas Velhas*, "O Archeologo Português", Lisboa, 22, 1917, 107-199.

Veiga, 1891.

Veiga, S.P.M.E. da — *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Lisboa, Vol. 4, 1891.

\* Investigadora da Universidade de Lisboa. Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras. P-1699 Lisboa Codex. Portugal.